



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

**SENTENÇA**

Processo nº: **0010312-94.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Servidor Público Civil**  
 Requerente: **Elzira Ferreira Borges e outros**  
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

**ELZIRA FERREIRA BORGES, ERCILIA BECARI FERNANDES, GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS, JANDYRA CONSONI D' ANDREA, MARI APARECIDA TORRES PIROLA, MARIA NATALINA TORNERO ESPONTAO, NAIR CABELLO DE ASCENCAO, RUBENS EDUARDO CALLEGARI, THEREZINHA APPARECIDA DOS SANTOS ZOCCO, UFENIA ALCAZAZ SEGURA**, qualificados na inicial, ingressaram com ação de complementação de aposentadoria/pensão por morte contra **UNIÃO e FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sustentando em síntese, que são aposentados e pensionistas de aposentados da extinta FEPASA e, nesta condição, possuem direito à complementação da aposentadoria, nos termos do Decreto nº 35.530/59 e da Lei Estadual nº 9.343/96, no valor de 14%, requerendo a implantação da complementação ao benefício de aposentadoria/pensão por morte, bem como o pagamento dos valores atrasados desde a data da concessão do aumento, acrescidos de juros e correção monetária.

Citada, a ré Fazenda do Estado de São Paulo contestou a ação, arguindo incompetência da Justiça do Trabalho, prescrição, inexistência do direito ao reajuste e impossibilidade de aplicar-se dissídio coletivo em face da fazenda pública.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Citada, a União contestou a ação, arguindo preliminarmente ilegitimidade de parte e prescrição e, no mérito, a inexistência de elementos que justifiquem o aqui postulado, razão pela qual deve o pedido ser julgado improcedente.

Réplica no prazo.

A Justiça do Trabalho declarou-se incompetente para conhecer do feito.

A Justiça Federal excluiu a União da lide, remetendo os autos para esta Justiça Comum.

É o relatório.

**Fundamento e deciso.**

Possível o julgamento antecipado da lide.

Afasto a tese de prescrição.

Com efeito, tratando-se de prestações de trato sucessivo, tem aplicação a Súmula 85, do STJ, restrita aos valores que antecedem os cinco anos do ajuizamento da ação.

A ação é procedente.

Com efeito, os autores comprovaram ser aposentados e pensionistas de falecidos servidores ferroviários inativos da antiga FEPASA.

De fato, por força da Lei Estadual nº 9.343/1996, a requerida Fazenda do Estado de São Paulo restou obrigada a assegurar aos ferroviários



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

com direito adquirido a complementação das aposentadorias e pensões.

O Decreto nº 35.530/1959 aprovou o Estatuto dos Ferroviários das Estradas de Ferro de propriedade e administração do Estado e dispôs:

***Art. 192.** O pessoal dos serviços ou repartições criados, mantidos ou administrados pelo Estado, associado obrigatório de Institutos ou Caixas de Aposentadoria e Pensões, quando aposentado terá direito ao provento assegurado aos demais funcionários ou servidores do Estado de acordo com a legislação que vigorar.*

***Parágrafo único.** A diferença entre o provento pago pelo Instituto ou Caixa respectiva e aquele a que tiver direito, na forma legal, correrá por conta da Estrada.*

***Art. 193.** Ao servidor aposentado de acordo com o disposto no artigo anterior, é assegurado o aumento dos seus proventos no caso de majoração geral dos salários dos ativos da categoria e funções iguais às que respectivamente pertencia, bem como no caso de aumento geral de salários concedido sob a forma e promoções que abranjam uma ou mais categorias de servidores do serviço ou repartição.*

***Parágrafo único.** Neste caso, os proventos serão proporcionalmente ajustados aos novos salários, na conformidade das leis que regulam a aposentadoria dos funcionários públicos.*

E, em conformidade com o artigo 4º da Lei 9.343/96, a requerida assumiu a responsabilidade de honrar com todas as obrigações da então empregadora e empregadora dos seus ex-cônjuges, FEPASA, especificamente a de natureza trabalhista, a fim de assegurar a paridade entre proventos, pensões e vencimentos.

No mais, a paridade com os servidores da ativa, além de pautada pela legislação correspondente, encontra respaldo, sobretudo no artigo 40, § 8º, da Constituição Federal, o qual alude ser tal benefício extensivo aos inativos e pensionistas, considerando tratar-se de vantagem de caráter geral e impessoal.

Ressalta-se, ainda, que o Enunciado 10 da Seção de Direito Público do E. Tribunal de Justiça de São Paulo consolidou o entendimento sobre a matéria ao dispor que: “Os ferroviários da extinta FEPASA têm como parâmetro de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

*complementação a equivalência com os servidores da CPTM.”*

Não há, portanto, razão para não se aplicar o acordo entabulado no dissídio coletivo.

Assim sendo, uma vez incontestado o direito à aposentadoria/pensão por morte que os autores já vem auferindo, evidente o seu direito também à devida complementação, nos termos acima expostos.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação, condenando a ré **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO** à implantação da complementação ao benefício de aposentadoria/pensão por morte dos autores, nos termos em que requeridos na inicial, bem como ao pagamento dos valores atrasados desde a data da concessão do benefício, acrescidos de juros de mora legais, desde a citação, e correção monetária, desde a data em que as parcelas forem devidas, observando-se a prescrição quinquenal.

Com relação aos juros, correção monetária, aplica-se o artigo 5º da Lei n.º 11.960/09, nos termos do Recurso Especial nº 870.947.

Devido à sucumbência, a ré arcará com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da condenação.

Sentença sujeita a reexame necessário.

P.R.I.

Araraquara, 24 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425